

# SETOR DE PRODUÇÃO E TIPO DE EMPREGO NO BRASIL SOB A ÓTICA DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS – 2000/2007\*

João Hallak Neto\*\*

Katia Namir\*\*\*

Luciene Kozovits\*\*\*

## INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou, em março de 2007, os resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) – Referência 2000. Essencialmente, seu objetivo foi atualizar os dados relativos à economia brasileira, utilizando o novo sistema de informações estatísticas disponível no país com a incorporação de alguns aperfeiçoamentos metodológicos e com a adoção de uma nova classificação de produtos e atividades.<sup>1</sup>

Outra consideração a respeito das mudanças incorporadas ao SCN refere-se à atualização de conceitos e definições em conformidade com as últimas recomendações dos organismos internacionais.<sup>2</sup> A introdução de novas fontes de dados e as alterações metodológicas no SCN do Brasil permitiram o maior detalhamento dos componentes do produto interno bruto (PIB), tanto pela ótica de bens e serviços produzidos pelas atividades econômicas quanto sob o prisma da repartição e distribuição da renda pelos setores institucionais. Desse modo, os avanços obtidos na mensuração do setor institucional *famílias* tornaram possível aperfeiçoar a análise deste segmento como um todo e de suas subdivisões, em particular a do setor informal, graças à identificação e à desagregação das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) e à transferência da agricultura empresarial e das microempresas para o setor empresarial.

---

\* Esta nota técnica corresponde a uma versão resumida de trabalho apresentado no 38º Congresso da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), realizado em dezembro de 2010.

\*\* Analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e doutorando em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

\*\*\* Analista da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

1. A principal alteração em relação à série até então vigente foi a introdução de novas fontes estatísticas, como as pesquisas econômicas e domiciliares do IBGE. Também passaram a integrar a base de dados do sistema as informações anuais de outras instituições, a exemplo das obtidas por intermédio da Secretaria da Receita Federal (SRF) e das agências reguladoras. Este conjunto de informações reforça a qualidade do SCN na medida em que possibilita a existência de marcos estruturais anuais para seus resultados não só no ano base, mas também nos anos correntes.

2. Como exemplos podem ser citados a reclassificação de alguns impostos, a modificação do índice de volume da administração pública, a mudança de âmbito e do índice de volume para o setor financeiro e a contabilização do número de ocupações, em vez de pessoas ocupadas, para a mensuração do fator trabalho. Detalhes sobre as revisões específicas na nova série do SCN encontram-se no relatório metodológico do SCN do Brasil (IBGE, 2008).

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados de valor adicionado e emprego por setor de produção no Brasil, destacando o segmento informal. Tal esforço se tornou viável graças às novas possibilidades de análise que se constituíram com a publicação da nova série do SCN. Para a mensuração do setor e do emprego informal são apresentadas preliminarmente as diferenças entre estes conceitos, com a indicação dos principais aspectos metodológicos no âmbito das discussões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incluindo a recém-publicada revisão do manual internacional de contas nacionais, o *System of National Accounts – 2008* (SNA-2008), organizada pelas Nações Unidas em conjunto com outros órgãos internacionais (ONU, 2008). Os resultados apresentados referem-se à geração de valor adicionado e ao número de ocupações por setor de produção e tipo de emprego para o Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.

## O SETOR INFORMAL E SUA RELAÇÃO COM O EMPREGO INFORMAL

Em 1993, durante a XV Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), a OIT adotou uma definição internacional de setor informal a partir do funcionamento e da organização das unidades produtivas. A Resolução sobre Estatísticas de Emprego no Setor Informal recomendou que países onde este setor cumprisse um papel importante, como fonte de emprego e renda e como fator de desenvolvimento econômico e social, deveriam estabelecer um sistema de informações de emprego no setor informal (ILO, 2000).<sup>3</sup> O aperfeiçoamento destas estatísticas foi considerado estratégico para permitir o desenvolvimento de políticas públicas de maneira mais eficiente para o setor informal.

Além disso, a resolução incorporou no SCN a conceituação do setor informal como parte do setor institucional *famílias* e classificou as unidades produtivas do setor informal em dois componentes, o primeiro compreendendo os empreendimentos informais de pessoas que trabalham por conta própria e o segundo os empreendimentos informais dos empregadores.<sup>4</sup> Subsequentemente, este documento foi inserido no manual internacional de contas nacionais publicado em 1993, o *System of National Accounts 1993* (SNA-93), no capítulo 4, sobre unidades e setores institucionais. A inclusão da definição de setor informal no SNA-93, segundo Hussmanns (2004), “foi considerada essencial porque tornou possível identificar separadamente o setor informal nas contas nacionais e, portanto, quantificar a contribuição deste setor no produto interno bruto”.

Quanto às questões relacionadas especificamente ao mercado de trabalho, a resolução da OIT de 1993 abordou apenas o emprego no setor informal. A adoção de uma definição para o emprego informal e a inclusão da concepção de economia informal, complementando a resolução de 1993, foram registrados pela OIT na XVII CIET, em 2003. Na oportunidade, consolidou-se a posição de que quando se trata de setor informal parte-se da perspectiva de unidade produtiva, enquanto o emprego informal está associado a postos de trabalho. Também foram apresentadas as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego informal: trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro

3. Cabe destacar que a questão do emprego nesta resolução limitou-se à sua alocação no setor produtivo. Assim, o emprego no setor informal refere-se às pessoas que estavam ocupadas em unidades produtivas daquele setor.

4. Tais empreendimentos são unidades produtivas familiares que pertencem a empregadores individuais e são geridas somente por eles ou em associação com outros membros, e que empregam um ou mais trabalhadores de forma contínua. As unidades produtivas familiares, por seu turno, são reconhecidas pelo SCN como unidades distintas das empresas, que se ocupam da produção de bens ou serviços e que não se constituem como entidades jurídicas distintas e independentes dos agregados familiares ou de seus proprietários (ILO, 2000).

do domicílio e assalariados (se a relação de trabalho não está sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais, e trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso.

A definição do trabalho informal apresentada pela XVII CIET representou um considerável avanço, na medida em que passou a contemplar como emprego informal todas as modalidades de inserção no trabalho acima descritas, independentemente do tipo de unidade produtiva em que se encontrem, sejam formais, informais ou outras unidades familiares (ILO, 2003). A matriz de emprego apresentada no SNA-2008, reproduzida a seguir, ilustra as possibilidades de emprego, formal ou informal, nos distintos setores de produção.<sup>5</sup>

FIGURA 1  
MATRIZ DE EMPREGOS E SETORES – EMPREGO INFORMAL E EMPREGO NO SETOR INFORMAL

Unidades de produção	Ocupações formais	Ocupações informais
Unidades formais	A	B
Unidades informais	C	D
Outras unidades do setor famílias	E	F

Emprego no setor informal: C + D

Emprego informal: B + D + F

Emprego informal fora do setor informal: B + F

Emprego formal fora do setor formal: C + E

Fonte: Elaboração dos autores baseada no Manual de Contas Nacionais (ONU, 2008, p.83).

Deste modo, de acordo com as determinações admitidas na XVII CIET e seguidas pelo SNA-2008, o emprego no setor informal compreenderia as situações representadas nas células C e D, ou seja, na linha correspondente às unidades informais. O emprego informal, por sua vez, estaria presente na célula D e também nas células B e F, sendo que estas representam modalidades de trabalho informal em outras unidades produtivas que não as informais. São exemplos, para este caso, os empregos sem carteira de trabalho assinada nas empresas formais ou o trabalho doméstico remunerado sem o vínculo formal de trabalho, que ocorrem com certa frequência em determinados países.

### SETOR E EMPREGO NO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL

A metodologia adotada pelo Sistema de Contas Nacionais do Brasil incorpora as recomendações internacionais tanto no que diz respeito ao cálculo dos agregados por setor produtivo quanto ao de emprego. A classificação de setor relaciona-se à forma de organização da unidade de produção, enquanto a abordagem sobre o emprego refere-se à qualificação do vínculo empregatício ou da ocupação do trabalhador.

A obtenção do valor adicionado segundo os setores de produção (formal, informal e de outras unidades familiares) tem como fundamento a classificação do SCN por setor institucional. O SNA-93 (e também o novo SNA-2008) conceitua cada setor institucional como um conjunto de unidades institucionais que possuem objetivos, funções e fontes de recursos semelhantes. Estas, por sua vez, são definidas como unidades capazes de possuir bens e ativos, de contrair responsabilidades e de se envolver em atividades econômicas e

5. Uma versão detalhada da matriz de emprego, com cinco categorias ocupacionais nas colunas, foi originalmente apresentada pela OIT na publicação *Decent Work and the Informal Economy*, de 2002 (ILO, 2002).

operações com outras unidades, por direito próprio. Para fins do SCN, tais unidades são agrupadas e organizadas em cinco grandes setores institucionais: empresas não financeiras, empresas financeiras, ISFLSF, administrações públicas e famílias.

Os quatro primeiros setores institucionais são entidades jurídicas ou sociais específicas cuja existência é reconhecida pela lei. No caso brasileiro, as unidades que compõem estes setores institucionais possuem inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e representam o setor formal da economia. Embora o SNA não utilize a expressão “setor formal”, não é difícil conceber que todas as unidades do setor empresarial, da administração pública e das ISFLSF façam parte deste, conforme menciona a revisão do manual no parágrafo 25.53 (ONU, 2008).

O setor institucional *famílias* abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras.<sup>6</sup> O setor inclui as unidades produtivas constituídas por trabalhadores por conta própria e por empregadores de empresas mercantis não constituídas em sociedade. A expressão “não constituída em sociedade” realça o fato de que a unidade de produção não é societária como unidade jurídica separada da própria família. O titular tem duplo papel, atuando como empresário responsável pela criação da empresa e como trabalhador, podendo desenvolver qualquer tipo de atividade produtiva: agricultura, indústria extrativa, indústria de transformação, construção, comércio ou produção de outros tipos de serviços (ONU, 2007, parágrafo 4.144). Também contribuem para a produção do setor institucional *famílias* as unidades agrícolas que produzem bens para o autoconsumo, o aluguel imputado aos imóveis residenciais ocupados por seus proprietários, o aluguel efetivo recebido por pessoas físicas e o serviço doméstico remunerado.

O setor informal da economia pode ser entendido como uma subdivisão do setor institucional *famílias* em que são classificadas as unidades produtivas não agrícolas caracterizadas por um baixo nível de organização e por não possuírem uma clara divisão entre trabalho e capital enquanto fatores produtivos, e cuja produção é destinada prioritariamente ao mercado (ONU, 2008).

As demais unidades familiares produtoras – que desenvolvem atividades de agricultura mercantil ou para o próprio consumo, a produção de aluguel efetivo ou imputado, assim como as famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados – complementam o setor institucional *famílias* e serão agrupadas, para fim de resultados neste estudo, em outro subgrupo, denominado “outras unidades familiares”. Estas também são representadas por empreendimentos não constituídos em sociedade, a exemplo do que ocorre no setor informal. Diferenciam-se das unidades do setor informal, no entanto, pelo fato de que a sua produção não agrícola não é voltada prioritariamente ao mercado, mas sim ao uso próprio, ou, no caso do aluguel, a produção é um rendimento predominantemente do capital.

No que se refere ao emprego, o SCN admite o conceito de ocupações ou postos de trabalho, o que, para uma pessoa ativa, consiste em ter um posto de trabalho em uma unidade de produção, ou seja, uma mesma pessoa pode ter mais de uma ocupação, sendo uma das quais considerada principal. Cada emprego ou ocupação no sistema está associado a uma categoria ocupacional ou tipo de inserção no mercado de trabalho.

Ressalta-se que, segundo o SNA 1993, uma pessoa será classificada como ocupada se exercer uma atividade dentro da fronteira de produção. Assim, incluem-se nesta classificação os empregados e os trabalhadores autônomos e excluem-se os desempregados e aqueles

6. Tanto a versão do SNA de 1993 quanto a de 2008 definem família como um pequeno grupo de indivíduos que partilham o mesmo domicílio e reúnem parte, ou a totalidade, do seu rendimento e patrimônio, consumindo coletivamente certos tipos de bens e serviços, principalmente de habitação e alimentação.

indivíduos que não fazem parte da força de trabalho.<sup>7</sup> A determinação da categoria de empregados pressupõe a existência de um acordo, formal ou não, entre um indivíduo e uma unidade produtiva, que é normalmente voluntário para a prestação de trabalho em contrapartida de uma remuneração por um período definido. Por sua vez, o conceito de trabalhadores autônomos compreende aqueles que são proprietários, individuais ou em conjunto com outros, de empreendimentos não constituídos em sociedade nos quais trabalham. Esta classe de trabalhadores recebe rendimento misto pelo uso de seu capital e de seu trabalho e não remuneração – termo que se aplica exclusivamente aos rendimentos do trabalho. Importa ainda lembrar que os trabalhadores familiares não remunerados, incluindo os que trabalham nas empresas não constituídas em sociedade, exercendo exclusiva ou parcialmente atividades de produção mercantil, são também entendidos como autônomos.

O SCN do Brasil divulga resultados de emprego desagregados em ocupações com vínculo formal e sem vínculo formal. As ocupações com vínculo reúnem os assalariados com carteira de trabalho assinada, os militares, os funcionários públicos estatutários e os empregadores de empresas formais, isto é, das empresas constituídas em sociedade. As ocupações sem vínculo formal incluem os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores autônomos. Estes últimos agregam os trabalhadores por conta própria, os empregadores informais e os trabalhadores não remunerados.

## **RESULTADOS**

Esta seção apresenta os resultados do valor adicionado desagregados pelos setores de produção propostos neste estudo — formal, informal e outras unidades familiares, bem como a composição do trabalho no Brasil nos anos recentes.

Os agregados obtidos a partir do SCN têm a vantagem de permitir o cálculo da contribuição do setor informal no valor bruto da produção (VBP) e no valor adicionado bruto (VAB)<sup>8</sup> relativamente à de outros setores da economia, bem como o emprego por tipo de inserção no mercado de trabalho, viabilizando o cruzamento dos dados relativos ao setor e ao tipo de emprego, conforme a recomendação, em nível nacional e com periodicidade anual.

A proposta de análise a seguir corresponde à matriz de emprego e setores apresentada no SNA-2008, mencionada acima, que permite uma melhor visualização das relações entre as variáveis e consiste em um interessante recurso para a compreensão das diferenças de abordagem por setor produtivo e emprego. O cruzamento adotado ocorre entre os três setores de produção nas linhas e as duas categorias ocupacionais, com vínculo formal e sem vínculo formal, nas colunas. O ano escolhido para a apresentação foi o de 2007, por ser o último disponível na série do SCN.<sup>9</sup>

7. A força de trabalho de uma economia consiste naqueles que estão preparados para disponibilizar o seu trabalho durante um determinado período de referência para a produção de bens e serviços incluídos na fronteira de produção do sistema de contas nacionais (ONU, 2008).

8. Como valor adicionado, entende-se o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no processo produtivo. A soma dos valores adicionados pelas atividades aos impostos sobre produtos equivale ao PIB da economia.

9. Para a análise dos setores de produção, como a realizada neste estudo, é necessária a abertura da conta de produção pela ótica da renda e das contas econômicas integradas por setores institucionais, o que ocorre com defasagem de dois anos quando é divulgada a versão definitiva do SCN do Brasil. Portanto, em novembro de 2009, tornaram-se disponíveis os dados referentes a 2007. A versão provisória do SCN é divulgada com aproximadamente 65 dias de defasagem; entretanto, por ser simplificada, não fornece os elementos necessários para a análise do setor informal. Para mais informações sobre a rotina de divulgação do SCN, ver IBGE (2008, p. 15).

TABELA 1  
DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO POR TIPO DE INSERÇÃO SEGUNDO OS SETORES DE PRODUÇÃO SCN (2007)

Setor de produção	Com vínculo formal		Sem vínculo formal		Total	
	Em milhares	%	Em milhares	%	Em milhares	%
Formal	38.360	79,1	10.142	20,9	48.501	100,0
Informal	703	2,7	25.514	97,3	26.217	100,0
Outras unidades familiares	2.182	10,9	17.814	89,1	19.996	100,0
<b>Total</b>	<b>41.244</b>	<b>43,5</b>	<b>53.469</b>	<b>56,5</b>	<b>94.714</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE, 2007.

A desagregação das categorias ocupacionais entre os setores de produção revela que a quase totalidade dos 26,2 milhões de empregos no setor informal (97,4%) não possui o vínculo formal de trabalho,<sup>10</sup> cabendo apenas a 2,7% deste grupo o vínculo formal. Diferentemente do setor informal, no qual a absoluta maioria de trabalhadores tradicionalmente se insere em ocupações informais, a distribuição por tipo de emprego no setor formal assinalou proporções distintas. Neste, 20,9% dos empregos eram informais, e, em sua maioria, constituíram-se de trabalho sem carteira assinada e de uma pequena parcela de trabalho autônomo, especificamente de ajudantes e membros da família não remunerados que exerceram suas atividades em empresas formalmente constituídas. O subsetor *outras unidades familiares* registrou 10,9% de ocupações com vínculo formal, a maioria delas compostas por trabalhadores domésticos remunerados com carteira de trabalho assinada. Conforme o esperado para este subsetor, a grande maioria das ocupações também não possui o vínculo formal de trabalho.

A análise do setor informal da economia brasileira *vis-à-vis* os demais setores selecionados foi realizada considerando-se o período entre 2000 e 2007. A evolução destes três setores indica que, desde o início da nova série do SCN, existe uma tendência de redução da proporção tanto do setor informal quanto de outras unidades familiares no valor adicionado da economia (tabela 2). Tais setores, que representavam respectivamente 12,7% e 14,5% do valor adicionado em 2000, reduziram-se para 9,9% e 11,5%, em 2007. Assim, o setor institucional *famílias* sofreu uma redução de 27,2% para 21,4% na participação do valor adicionado bruto da economia. Como consequência, no mesmo período, houve crescimento da parcela do setor formal no valor adicionado, que passou de 72,8% para 78,6%.

Incentivos para o aumento da formalização, como a expansão do crédito para micro e pequenas empresas formais e medidas de simplificação e redução de impostos para os pequenos empreendimentos, contribuíram para este resultado.<sup>11</sup> Entretanto, a perda de peso do valor da atividade de aluguel, causada fundamentalmente pela redução de seus preços no período, determinou a redução do setor *outras unidades familiares* na geração do valor adicionado.

10. A maioria destas ocupações faz parte das atividades de comércio (26,8%), construção (16,9%), serviços de alimentação (7,1%), serviços pessoais (15,5%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (4,6%) (IBGE, 2008).

11. Como exemplos podem ser citados a intensificação da oferta de microcrédito pelas instituições financeiras públicas e privadas aos empreendedores e a implantação e difusão de programas como o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) pela SRF.

TABELA 2  
**VALOR ADICIONADO POR SETOR DE PRODUÇÃO: VALOR ABSOLUTO E COMPOSIÇÃO PERCENTUAL (2000 A 2007)**

	Formal		Informal		Outras unidades familiares		Total	
	R\$ milhares	%	R\$ milhares	%	R\$ milhares	%	R\$ milhares	%
2000	744.169	72,8	129.543	12,7	147.936	14,5	1.021.648	100,0
2001	827.406	74,0	133.406	11,9	157.801	14,1	1.118.613	100,0
2002	947.905	74,5	148.972	11,7	176.252	13,8	1.273.129	100,0
2003	1.112.618	75,7	157.332	10,7	200.664	13,6	1.470.614	100,0
2004	1.283.453	77,0	167.387	10,0	215.418	12,9	1.666.258	100,0
2005	1.429.646	77,6	186.363	10,1	226.244	12,3	1.842.253	100,0
2006	1.595.792	78,4	200.682	9,9	238.260	11,7	2.034.734	100,0
2007	1.798.112	78,6	225.735	9,9	264.011	11,5	2.287.858	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do SCN/IBGE.

A tabela 3 reúne as estatísticas de trabalho por tipo de inserção no mesmo período. Os dados mostram que o total de ocupações elevou-se em 15,7 milhões (de 78,9 milhões para 94,7 milhões) ao longo dos oito anos da série, o que equivale a um aumento de 19,9%. Este crescimento da ocupação apresentou comportamento distinto entre as categorias, sobretudo nos anos finais da série, quando o emprego formal obteve um ganho de participação em relação ao informal, isto é, frente às ocupações sem vínculo. Com efeito, entre 2000 e 2007 o crescimento apurado para o emprego formal foi de 36,9%, enquanto a expansão do emprego informal atingiu 9,5%.<sup>12</sup>

TABELA 3  
**OCUPAÇÃO POR TIPO DE INSERÇÃO NO TRABALHO: COM VÍNCULO *VERSUS* SEM VÍNCULO FORMAL (2000 A 2007)**

	Com vínculo formal		Sem vínculo formal				Total	
			Sem carteira		Autônomo			
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%
2000	30.128	38,2	18.633	23,6	30.211	38,3	78.972	100,0
2001	31.864	40,1	18.478	23,2	29.211	36,7	79.552	100,0
2002	32.931	39,9	19.275	23,3	30.423	36,8	82.629	100,0
2003	34.104	40,6	19.028	22,6	30.904	36,8	84.036	100,0
2004	35.965	40,8	20.402	23,1	31.886	36,1	88.252	100,0
2005	37.436	41,2	20.548	22,6	32.922	36,2	90.906	100,0
2006	39.543	42,4	20.940	22,5	32.764	35,1	93.247	100,0
2007	41.244	43,5	20.688	21,8	32.782	34,6	94.714	100,0

Fonte: SCN/IBGE.

A crescente formalização no mercado de trabalho nos anos recentes reverteu o movimento anterior de deterioração da qualidade do trabalho, característico da década de 1990. A trajetória ascendente assumida pelo emprego formal e a queda relativa da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a partir de 2004, podem estar associadas, entre outros fatores, à evolução positiva da atividade econômica, uma vez que

12. Outras fontes estatísticas corroboram os dados do SCN neste quesito. A expansão do emprego formal entre 2003 e 2007, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), foi de 27,3%. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) o número de ocupados no trabalho principal nas categorias de empregados com carteira de trabalho assinada e militares e estatutários cresceu 25,0% entre 2004 e 2007.

a taxa de crescimento do PIB em volume atingiu a média anual de 5,7% no quadriênio 2004-2007, contribuindo para um significativo incremento do emprego com carteira assinada. Outra hipótese relacionada ao período em análise é o impacto das políticas sociais distributivas e de proteção social. Por meio destas, integrantes de famílias dos estratos de renda mais baixos passam a obter mais rendimento com a ampliação dos benefícios sociais e podem preterir as formas mais precárias de ingresso no mercado de trabalho, reduzindo a parcela do emprego informal em relação ao formal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal apresentar os resultados do setor informal brasileiro, utilizando como referência a nova série do SCN. Foram examinadas também as diferenças entre setor de produção e emprego, a partir das abordagens conceituais e metodológicas no âmbito das discussões promovidas pela OIT e incorporadas como recomendação aos produtores de estatística na recente revisão internacional do SCN (ONU, 2008).

Entende-se que a classificação de setor está voltada para a forma de organização das unidades produtivas (*enterprise approach*), enquanto o conceito de emprego refere-se ao tipo de vínculo empregatício do trabalhador (*labor approach*). A compreensão destas distinções conceituais viabilizou o dimensionamento destes agregados para o país a partir da base de dados da nova série do Sistema de Contas Nacionais no período entre 2000 e 2007.

Os resultados anuais da participação do setor informal no valor adicionado foram comparados com os obtidos para o setor formal da economia e para o restante do setor institucional famílias, aqui denominado outras unidades familiares. Os dados de emprego foram desagregados por tipo de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, no mesmo período.

As relações entre setores de produção e emprego, no entanto, foram apresentadas apenas para o último ano disponível (2007), a partir do modelo da matriz de emprego proposto pela OIT, que consta na nova versão do SNA, tendo em vista a ausência de mudanças significativas em sua composição ao longo da série.

A análise das relações entre produção e emprego segundo os setores selecionados para o ano de 2007, como esperado, mostrou a reduzida eficiência do trabalho no setor informal, em virtude de sua pequena contribuição na geração do valor adicionado (9,9%) em relação ao significativo número de ocupações (26 milhões), ou seja, 27,7% dos postos de trabalho do país. Verificou-se ainda que 97,4% do total de empregos do setor informal é composto por assalariados sem carteira ou autônomos (ocupações informais). O setor formal, que responde por cerca de 48 milhões de postos de trabalho, apresentou uma distribuição do emprego por tipo de inserção menos concentrada, registrando uma frequência expressiva de emprego informal, equivalente a 10,1 milhões, ou 20,9% dos empregos no setor.

Concluiu-se primeiramente que, ao longo da série, o setor informal teve uma perda gradual de participação no valor adicionado da economia, passando de 12,7% para 9,9% entre 2000 e 2007. O movimento inverso foi observado para o setor formal, que passou a ter presença mais expressiva no mesmo período (de 72,8% para 78,6% do VAB), motivado em particular pelos efeitos da redução e da simplificação de impostos, da expansão do microcrédito e do aumento da fiscalização.

Do ponto de vista do emprego, confirmou-se o avanço da formalização no mercado de trabalho em detrimento das ocupações sem vínculo formal. Os resultados mostraram que

foram criados mais de 11 milhões de postos de trabalho com o vínculo formal entre 2000 e 2007, elevando de 38,2% para 43,5% a proporção desta categoria no total de ocupações. Entre os fatores que podem ser relacionados a esta expansão, especialmente a partir de 2004, encontram-se a elevação da massa salarial real e o maior dinamismo do mercado consumidor doméstico, que impulsionaram o processo de crescimento econômico no quadriênio 2004-2007. Adicionalmente, destacam-se os impactos da ampliação de políticas sociais distributivas e de proteção social, que contribuem para reduzir a inserção de forma precária no mercado de trabalho.

#### REFERÊNCIAS

HUSSMANN, R. **Measuring the informal economy: from employment in the informal sector to informal employment.** Geneva, 2004. Working paper, n. 53.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Séries Relatórios Metodológicos, n. 24).

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians (January 1993). *In: Current International Recommendations on Labour Statistics.* 2000. ed. Geneva: International Labour Office, 2000.

\_\_\_\_\_. Decent Work and the Informal Economy. Report of the Director-General. *In: International Labour Conference, 90th Session.* Report VI. Geneva: International Labour Office, 2002.

\_\_\_\_\_. Guidelines concerning a statistical definition of informal employment, endorsed by the Seventeenth International Conference of Labour Statisticians (November-December 2003). *In: Seventeenth International Conference of Labour Statisticians.* Report. Geneva, Nov./Dec. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **System of National Accounts 1993 (SNA-93).** Revision 4. New York: United Nations, 2007. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>>.

\_\_\_\_\_. **System of National Accounts 2008 (SNA-2008).** Pre-edit white-cover version of the 2008 SNA. New York: United Nations, 2008. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/draftingphase/volume1and2.asp>>.